

O Mundo em Português Nº2

Novembro 1999

O Gás e o Futuro Económico

João Luís Soares

Timor Leste, com cerca de 800 mil habitantes, é o mais pobre país do continente asiático, com um rendimento per capita de pouco mais de 200 dólares anuais, mais baixo ainda do que o Camboja e o Bangladesh. O total do orçamento anual de Timor foi no último ano de cerca de 130 milhões de dólares, metade dos quais provenientes do governo de Jakarta, para pagar a presença da ocupação militar e um relativamente pequeno número de funcionários públicos.

A reflexão sobre a política de desenvolvimento de Timor implica uma análise integrada das vantagens comparativas e interligações dos seus diferentes sectores. Numa primeira abordagem aparecem como sectores mais promissores: a agricultura, o café, um arábica da melhor qualidade e as madeiras exóticas; turismo, nomeadamente o ecológico, petróleo e gás natural. No entanto, o sector energético é o que tem atraído maior atenção pelas suas implicações políticas e pela possibilidade de obtenção rápida de lucros significativos.

O aproveitamento dos recursos energéticos tem sido regulado através do cumprimento das cláusulas de um acordo, assinado em 1989, entre a Austrália e a Indonésia, o Tratado de Timor Gap, que concede aos dois países os direitos de exploração destes produtos, numa área marítima de 63 mil quilómetros quadrados. Se a exploração do petróleo não tem confirmado, por enquanto, as expectativas mais optimistas – a produção total estimada e a partir de 1998 atinge cerca de 30 milhões de barris – já as potencialidades de produção de gás natural são muito mais promissoras. Calcula-se que existam reservas de três triliões de pés cúbicos de gás natural e 370 milhões de barris de líquidos (gás de petróleo condensado e liquefeito), reservas que dentro de 3 a 4 anos poderão render, durante 20 anos, cerca de mil milhões de dólares. De qualquer modo as companhias petrolíferas mostram-se cautelosas, afirmando que de 41 perfurações feitas no solo submarino da zona central do GAP, só em 10 foram encontradas quantidades (ainda assim desiguais) de petróleo explorável. No entanto não se podem considerar estes resultados como muito desanimadores, quando os comparamos por exemplo, com o que se passou no Mar do Norte, no qual, as primeiras dezenas de perfurações não deram qualquer resultado positivo.

Em relação às perspectivas de produção de petróleo e gás natural, constata-se que está totalmente ultrapassada a validade do tratado de Timor Gap. Já em 1998, quando ainda estava na prisão, Xanana Gusmão estabeleceu com negociadores australianos um acordo no qual garantia pela parte do futuro Timor independente o cumprimento dos termos do tratado, passando a posição da Indonésia a ser desempenhada pelo Estado Timorense. O ministro indonésio das minas e energia, Kuntoro Mangusobroto, garantiu que o seu governo, no caso de Timor se tornar independente, estaria disposto a renunciar aos direitos de que dispunha no tratado de Timor Gap. O que parece provável é o facto do primeiro governo de Timor Leste, levado por necessidades financeiras urgentes, vir a optar por um sistema de "royalties", talvez indispensável no imediato, mas menos rentável do que uma partilha em partes iguais de todos os futuros rendimentos do petróleo e gás natural, a qual a médio e longo prazo seria, pelo menos teoricamente, a melhor solução.

Nos próximos tempos, a nova democracia timorense vai precisar de um afluxo de ajudas financeiras do Banco Mundial, do FMI, da União Europeia e de um conjunto

de países como Portugal, Austrália, Nova Zelândia, Estados Unidos, etc., que permitam assegurar as despesas correntes do seu orçamento e financiar projectos de desenvolvimento que devem ter como prioridade evitar os efeitos prejudiciais de uma excessiva exploração da rede energética.